

OUVIR, VISITAR E CONTAR: O RIO DE JANEIRO E SUA CAPITALIDADE NO ÚLTIMO TERÇO DO SÉCULO XIX

Listening, Visiting and Telling: Rio de Janeiro and its Capitality in the Last Third of the 19th Century

Jéssica Ramalho Crispiniano¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p201>

RESUMO

A percepção de alguns personagens encontrados em romances situados no Rio de Janeiro, no último terço do século XIX, inspirou este trabalho. Nota-se a percepção da Corte como um local exuberante e associado às cidades europeias. O termo ‘capitalidade’ se mostrou como uma possível chave de análise. Um desses romances nos direcionou para a importância das narrativas, na construção de percepções. Através do diálogo entre as áreas do Turismo e História, busca-se compreender um pouco mais sobre esse olhar do outro. Olhar motivado por preconceções, capaz de interferir no comportamento dos personagens, motivando a partida para o Rio de Janeiro e influenciando a experiência no local. Por meio de um exercício teórico e historiográfico, busca-se encorajar uma reflexão sobre o termo capitalidade. A observação do processo de formação da capitalidade da cidade e das várias interpretações sobre o termo serviu como fio condutor para a análise sobre as percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; História; Capitalidade; Percepções; Rio de Janeiro, Brasil.

ABSTRACT

Some characters' perceptions found in Brazilian novels located in Rio de Janeiro in the last third of the XIX century have inspired this work. It is possible to identify a perception of Rio de Janeiro associated with exuberance and European cities. The term ‘capitality’ proved to work as a possible key for this analysis. One of these novels has directed us to the importance of narratives for the construction of perceptions. Through the dialogue between the areas of Tourism and History, we seek to understand a little more about this gaze of the other. A gaze that is motivated by anticipated images, able to interfere in the behavior of the characters, motivating the departure to Rio de Janeiro and influencing their experience. Through a theoretical and historiographic exercise, we seek to encourage a reflection on the term capitality. The trajectory of the city capitality and the various interpretations of the term served as threads for the analysis of perceptions about Rio de Janeiro in the last third of the 19th century.

¹ **Jéssica Ramalho Crispiniano** – Mestra. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8449376730002357>. E-mail: jessicaramalhoturismo@gmail.com

KEYWORDS

Tourism; History; Capitality; Perceptions; Rio de Janeiro, Brazil.

INTRODUÇÃO

Por esse tempo leu Graziela e Rafael de Lamartine... Sentiu necessidade de amar por aquele processo, mergulhar na poesia, esquecer-se de tudo que o cercava, para viver mentalmente nas praias de Nápoles, ou nas ilhas adoráveis da Sicília, cujos nomes sonoros e musicais lhe chegavam ao coração como o efeito de uma saudade, de uma nostalgia inefável, profunda, e sem contornos, que o atraía para outro mundo desconhecido, para uma existência que lhe acenava de longe, a puxá-lo com todos os tentáculos do seu mistério de uma irresistível melancolia (Azevedo, 1973, p. 49).

Este fragmento foi retirado da obra *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo, publicada primeiramente em folhetim em 1883 e, em volume, em 1884. Neste trecho um personagem maranhense se delicia com romances que o remetem a terras longínquas, que lhe parecem muito aprazíveis, embora nunca as tenha visitado. O personagem referido é Amâncio, e o efeito do romance por ele lido e a sua conexão com locais descritos são notáveis, ao passo que remetem a um olhar do outro sobre terras desconhecidas.

A obra do sociólogo John Urry (2001), ao trabalhar aspectos do 'olhar do turista', demonstra essa relação entre os dispositivos culturais ao qual um indivíduo está exposto, as narrativas que o cercam a respeito de um local e a construção de uma expectativa a respeito do lugar. Para Urry, essa expectativa elabora-se "sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos" (p. 18). Ele aponta exemplos daquilo que pode construir ou reforçar esse olhar, como a televisão, música, filmes, revistas e literatura. É evidente que a afirmação de Urry situa-se em outro contexto e inscrito em outra temporalidade, diferentes daquela apresentada no fragmento do romance de Aluísio Azevedo, que se dá no último terço do século XIX. Porém, suas aproximações são interessantes no sentido de proporcionar uma reflexão a respeito do olhar do outro sobre um local.

A presente análise também nos remete ao olhar, ou melhor, às apreensões ou percepções sobre uma cidade, o Rio de Janeiro. O mesmo personagem da obra *Casa de Pensão* lia romances franceses que o remetiam ao Rio de Janeiro, além disso, ouvia também narrativas sobre a Corte por parte daqueles que já a haviam visitado. O provinciano projetava no Rio de Janeiro uma série de expectativas.

Precisava viver, gozar, gozar sem limites!... Não ali, perto da família, estudando miseráveis lições do Liceu, mas além, muito além, onde não fosse conhecido, onde tudo para ele apresentasse surpresas de uma outra vida, atrativos de um mundo vasto, enorme, que sua imaginação mal podia delinear. Por isso estimou deveras ir para o Rio de Janeiro. A Corte era “um Paris”, diziam na província, e ele, por conseguinte, havia de lá encontrar boas aventuras, cenas imprevistas, impressões novas e amores. - Oh! Amores principalmente! (Azevedo, 1973, pp. 49-50).

É importante destacar que ao comparar o olhar de Amâncio ao do turista, não se pretende atribuir ao personagem esse título. Embora ao observar trabalhos como o de Assunção (2012) e Urry (2001) seja possível verificar que para os estudos sobre turismo consideram-se fatores anteriores à noção moderna de turismo, como os deslocamentos. Essa percepção povoada de preconceções, que podem estar associadas a narrativas lidas e ouvidas, é o que aproxima o personagem Amâncio e o turista. O olhar de alguns personagens de romances, que se passam no Rio de Janeiro, inspirou a escolha do tema deste trabalho, especialmente, ao pensar no olhar do turista, muitas vezes também nutrido de antecipações. Através desse comparativo com o turista, busca-se incentivar o leitor do presente artigo a uma melhor compreensão da formação da percepção do outro sobre um local, seja ‘o outro’ apenas o morador da cidade vizinha, ou o turista que cruzou fronteiras.

A fim de proporcionar uma visão mais detalhada, selecionamos o Rio de Janeiro como recorte espacial desta análise. O que se pretende nesta pesquisa é um exercício historiográfico e conceitual. Ao tentar compreender quais elementos inspiravam esse desejo dos personagens de partir para o Rio de Janeiro, no último terço do século XIX, as percepções desses indivíduos chamaram a atenção. Dentre os processos históricos que poderiam estar associados à construção dessas percepções, destaca-se a característica de capitalidade do Rio de Janeiro. Ao atrelar as análises sobre capitalidade às ideias de Urry (2001), é possível criar um paralelo para pensar o turismo, e assim, gerar uma reflexão sobre o desejo de deslocamento para um determinado destino, e os elementos históricos que permeiam o desenvolvimento dessas motivações.

Considera-se a hipótese de que, por meio das narrativas a respeito do Rio de Janeiro, fossem elas acessadas através daqueles que contavam sua experiência na cidade ou da literatura nacional e estrangeira, ou ainda dos discursos dos jornais, muitos indivíduos formavam uma imagem pré-concebida sobre o Rio de Janeiro. Formavam percepções de uma cidade exuberante e moderna, comparável às cidades europeias, especialmente, Paris. Considera-se, também, que através da reflexão sobre o conceito de capitalidade e da trajetória de formação dessa

característica no Rio de Janeiro seja possível entender um pouco mais sobre a formação das percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX.

Logo, tendo o termo ‘capitalidade’ como chave de análise, busca-se compreender um pouco sobre a construção histórica e cultural das percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX. Propõe-se um retorno ao passado, através de um breve exame de obras historiográficas que buscam dar conta da trajetória da capitalidade do Rio de Janeiro. Além disso, pretende-se encorajar uma reflexão sobre esse conceito através das perspectivas de diferentes autores.

A CAPITALIDADE DO RIO DE JANEIRO

Para dar corpo a esta pesquisa foram utilizados alguns fragmentos de obras de literatura, especialmente, situadas no último terço do século XIX. Consideramos a concepção de Barbosa (2007) que, ao se referir à história da imprensa, explica ser possível encontrar vestígios em filmes de época, histórias orais, textos não valorizados como documentos oficiais, como é o caso das obras ficcionais e entrevistas de jornalistas. Embora ela se refira à história da imprensa, estendemos essa ideia para outros campos também voltados à história do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, ao relatar “um acontecimento, ao produzir uma interpretação à história também instaura, tal como faz o texto ficcional, o mundo das coisas contadas” (p. 15).

Portanto, ainda que trabalhem com a imaginação, aqueles que produzem obras literárias o fazem através da mobilização da realidade que conhecem e nos fornecem, através de suas obras, pistas sobre aquilo que já passou. Essas fontes foram levantadas no sentido de demonstrar algumas narrativas que apreendem percepções a respeito do Rio de Janeiro. Além disso, grande parte desta análise se dá através da mobilização de bibliografias, na busca por diferentes abordagens a respeito do termo capitalidade. A historiografia sobre o Rio de Janeiro também aparece, na medida em que nos debruçamos sobre o surgimento e desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro.

Este fragmento de outra obra de Aluísio Azevedo (1881) demonstra uma perspectiva encontrada nessa produção literária do final do século XIX: “- *Homem! ele é isso!... exclamou Manoel. - O rapaz está bem encaminhado. Quer liquidar o que tem por cá e estabelecer-se no Rio. Não! Sempre é outro futuro!... - Ora! ora! ora! soprou três vezes o cônego. Nem falemos nisso! O Rio é o Brasil! E ele faria uma grandíssima asneira se ficasse por cá. - Se faria!...*” (pp. 28-29).

“*O Rio é o Brasil!*”. A frase, retirada do livro *O Mulato*, livro de Aluísio Azevedo publicado em 1881, aponta para um deslizamento discursivo destacado por Neves (1992) em um de seus trabalhos. A autora faz alusão a discursos encontrados em textos produzidos no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, que ao se referirem à cidade, por fim falam de todo o País, e o contrário também aparece.

Esse excerto da obra *O Mulato*, trata do momento em que dois personagens do livro conversam sobre a vinda do Dr. Raimundo ao Maranhão, e essa pessoa sobre a qual conversam é o personagem central do livro. Um deles demonstra em sua fala aprovar a atitude de Raimundo, que apenas passaria pelo Maranhão, pois o que realmente planejava era estabelecer-se no Rio de Janeiro. A fala do personagem é muito enfática ao mencionar o Rio de Janeiro como uma espécie de representante do País e ao demonstrar sua crença na maior possibilidade de futuro promissor na mesma. Que elementos histórico-culturais estão atrelados à construção dessas percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX? O que diferenciava o Rio das demais cidades brasileiras nesse período? O que encorajava o desejo de deslocamento para o Rio de Janeiro? Essas características atribuídas à cidade do Rio de Janeiro podem estar relacionadas à sua capitalidade. Em um dos trabalhos de André Nunes de Azevedo (2002), o autor destaca que, no caso do Rio de Janeiro, “a sua capitalidade tornou-se um dos elementos mais ricos de sua tradição, sendo uma de suas maiores referências simbólicas em âmbito nacional, na qual a cidade é destacada nos meios artístico e político” (p. 45).

Voltar a um passado distante pode ser interessante para uma reflexão sobre a trajetória da formação dessa condição de capitalidade do Rio de Janeiro. Segundo Silva e Versiani (2015), o papel da cidade já era muito importante mesmo antes do ciclo ouro, pois seria uma espécie de eixo da logística nacional, ligado à sua origem de porto e fortificação militar. Para Rodrigues (2002), a cidade do Rio de Janeiro, mesmo com seu destino associado à soberania da Coroa Portuguesa, demonstrou sua autonomia desde muito cedo, o que tornava a “domesticação” (p. 18) da cidade e daqueles que nela habitavam, uma difícil empreitada.

Nota-se a relevância da localização geográfica do Rio de Janeiro. De acordo com Silva e Versiani (2015), a cidade estava ligada a atividades comerciais importantes, pois a rota entre o Rio e a África se mostrava mais vantajosa que a rota Nordeste e a África. Rodrigues (2002) ilumina o não comprometimento com o pacto colonial pelo Rio de Janeiro, pois a cidade fazia comércio com aqueles que passavam por seu porto, o que a colocava em uma posição de singularidade.

A cidade do Rio cresceu, se expandiu, se desenvolveu e passou a produzir o que consumia, realçando sua autonomia.

Ao comentar o trabalho de Rodrigues (2002), Azevedo (2002) interpreta que a liberdade dos cidadãos do Rio de Janeiro se dava devido a uma “insuficiência de ação repressora por parte da metrópole, da participação ativa de diversos setores do espectro social nos conflitos da cidade e do próprio caráter empreendedor dos comerciantes do Rio de Janeiro [...]” (pp. 47-48). O autor relaciona alguns desses aspectos à ligação da cidade às atividades portuárias. Para o autor, o porto foi muito importante para a formação de sua capitalidade, pois além de fazer da cidade uma referência para os comerciantes, também proporcionava um contato com novos pensamentos e ideias diferentes. Para esses dois autores, a condição de capitalidade do Rio de Janeiro já começava a se formar, porém ao longo deste trabalho será possível perceber que Rodrigues concebe o conceito de capitalidade de uma maneira diferenciada de outros autores, que citaremos adiante, especialmente porque para ele a capitalidade do Rio de Janeiro existiu apenas até o século XVIII, enquanto os outros autores apontam, especialmente, para sua existência no século XIX. Para ele, a capitalidade do Rio de Janeiro seria caracterizada como a:

Condição de ser um centro articulador de políticas que, no limite, assumia a qualidade de vanguarda no processo de estruturação dos interesses dos colonos que assim passavam a ocupar uma posição que lhe deu uma inserção no sistema colonial distinta das áreas iniciais de ocupação econômica do Nordeste que continuaram a se articular com a capital da colônia: São Salvador. (Rodrigues, 2002, p. 19).

O porto do Rio de Janeiro ganhou em importância em decorrência do desenvolvimento das atividades mineradoras em Minas Gerais, “para escoamento da produção das Minas e importação das mercadorias estrangeiras destinadas aos populosos centros mineradores”. (Benchimol, 1992, p.21). Segundo Rodrigues (2002), a conexão com as minas gerou riqueza e prosperidade para a cidade, além de ter uma importância cultural, pois a emergência de um mercado consumidor atraía comerciantes de outras nacionalidades, e modificava os costumes no que diz respeito ao consumo ao longo do século XVIII. Sua autonomia fazia com que a cidade tivesse como referência os interesses dos colonos e, não necessariamente, da Coroa. Essa autonomia crescia conforme outras situações a fortaleciam ao longo dos anos, até 1763 quando se torna capital do vice-reino.

Hespanha (2010) menciona os colonos brasileiros eram portugueses ou descendentes e, ainda que alguns buscassem a ruptura, muitos pretendiam ir e vir ou até mesmo voltar para Europa um dia. Ao pensar na interpretação de Rodrigues (2002) e nos colonos citados por Hespanha

(2010), compreendem-se os desdobramentos que se deram no Rio de Janeiro e as mudanças em sua dinâmica. Era uma cidade onde residiam colonos dispostos a trabalhar para o incremento da sua autonomia e de seus interesses, mas ao mesmo tempo estavam ligados em níveis diferentes à Coroa, portanto, muitos não desejavam uma ruptura.

Para Rodriguez (2002), depois da mudança do status do Rio de Janeiro à capital do Vice-Reino, por mais que a cidade continuasse crescendo e se desenvolvendo, as interferências da Coroa passaram a ser mais efetivas e depois, com uma série de outras mudanças, sua presença foi se reforçando e modificando gradativamente as dinâmicas estabelecidas pelos colonos anteriormente. As tensões permaneceram, pois ainda era um espaço de dominação e resistência, mas é como se aos poucos a força de autonomia dos colonos fosse absorvida. Porém, ainda segundo o mesmo autor, a cidade manteve um papel singular na colônia e teve sua importância reconhecida, possibilitando a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. Segundo o autor, essa singularidade permitiu a antecipação do “sonho de construção do Império do Brasil” (p. 22). Ao longo do tempo a cidade perdeu também a sua singularidade. Ela continuou atuante e se adaptou à “perspectiva da civilidade cortesã de uma metrópole nos trópicos” (pp. 22-23).

Divergindo de Rodrigues (2002), alguns autores apontam a vinda da corte portuguesa para o Brasil como um dos pontos fundamentais da construção da característica de capitalidade do Rio de Janeiro. A intenção deste trabalho não é dar conta de forma minuciosa da trajetória da cidade. Busca-se apenas situar o leitor a respeito da capitalidade do Rio de Janeiro que pode estar associada a trajetórias muito anteriores a sua elevação à condição de capital, além de encorajar uma reflexão sobre os usos e interpretações do termo capitalidade.

O termo ‘capitalidade’ é abordado por muitos autores e, segundo Costa (2011), essas abordagens se organizam basicamente entre as que relacionam a “capitalidade à crescente associação entre cidade e nação” (p.37). Para Rodrigues (2010), como já citado, a capitalidade da cidade do Rio associa-se com sua característica de ser um centro articulador de políticas que se destaca pela construção de uma autonomia voltada aos interesses dos colonos. O papel de objeto de representação da cidade pode ser útil para ajudar a dar conta de nossa reflexão e nos remete ao papel das cidades em períodos muito anteriores. Através da análise de alguns trabalhos que observam o tema da capitalidade nota-se em seu desdobramento a menção da ideia de ‘cidade-capital’, de Giulio Carlo Argan que, segundo Silva e Versiani (2015) foi

historiador da arte e prefeito de Roma. A expressão está na obra *A Europa das Capitais* (Argan, 2014). Segundo Neves (1992), é preciso cuidado ao abordar o conceito de ‘cidade-capital’ para tratar da cidade do Rio no século XIX, pois o recorte temporal da pesquisa de Argan situa-se entre os anos 1600 e 1700; apesar disso, alguns apontamentos feitos por ele são interessantes para refletir sobre o tema da capitalidade.

Argan (2014) destaca o Estado Nacional como a grande criação política do século XVII, tendo a monarquia absolutista como sua forma, e nesse liame ele discorre sobre a formação da ‘cidade-capital’. Com o Renascimento teve origem uma civilização urbana, na qual a cidade ganhava novos significados. Uma cidade passava a ser o centro de uma cultura, e a centralização de poderes fazia com que essa cidade passasse a ser sede, e predominasse sobre as demais. Nessa esteira, é possível compreender os aspectos que aproximam o conceito de Argan, das cidades que desenvolveram a capitalidade. Assim como a ‘cidade-capital’, a cidade dotada de ‘capitalidade’ é vista por vários autores como representante do Estado.

Ao nos atermos ao conceito de capitalidade, a posição administrativa da cidade pode ser umas das primeiras associações que a palavra sugere. Santos (1999), embora se situe em um contexto particularmente diverso, também contribui para reflexão, ao caracterizar o termo capitalidade conectando-o necessariamente ao fato de a cidade ser o espaço central da administração do Estado. Segundo ela, a capitalidade de uma cidade está associada à sedentarização do rei em um espaço urbano específico.

Já para Azevedo (2002), “no concernente ao fenômeno da capitalidade, uma cidade pode tê-la sem, contudo, ser capital, como são os casos de Barcelona e Nova Iorque” (p. 52). Segundo o autor, a cidade do Rio de Janeiro já possuía capitalidade desde os tempos coloniais. Neves (1992) lança mão do conceito de capitalidade justamente quando pretende extrapolar a noção de capital apenas como centro político administrativo. Rodrigues (2002) considera a capitalidade do Rio de Janeiro como algo que foi construído junto com a trajetória da cidade antes dela ser a capital; na verdade, para o autor, a perda de sua função de capitalidade foi uma das consequências da mudança do status da cidade em 1763, quando passa a ser sede do Vice-Reino.

Para Azevedo (2002), a capitalidade do Rio de Janeiro também teve o começo de sua formação num período anterior a 1763, mas ela não deixa de existir após a elevação da cidade a sede do Vice-Reino, ela apenas se desenvolve em outra direção. O autor divide a formação da

capitalidade do Rio de Janeiro em momentos diferentes. Esse primeiro momento de sua formação que se deu ao longo século XVII é por ele denominado como ‘capitalidade primeva’; o segundo momento começaria no período da mudança da corte portuguesa para o Brasil. em 1808.

A capitalidade que se desenvolveu após a chegada da família real estava ligada ao poder da Corte, ela teve o acréscimo da centralidade, que foi se desenvolvendo ao longo dos anos. A centralidade, embora também seja comum às cidades dotadas de capitalidade, é um conceito definido por Azevedo (2002) como “a propriedade de uma cidade de ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país” (p. 52). O autor deixa claro que, para ele, a ideia de centralidade também não pode ser reduzida à condição de capital. Ao citar Brasília ele explica que é possível que uma cidade seja a capital e não possua centralidade. A centralidade do Rio de Janeiro se desenvolveu não somente pela sua nova condição política em 1808, mas também por sua capitalidade já existente. Além disso, o autor acrescenta outras características que contribuíram para o desenvolvimento da centralidade, como a cultura urbana do Rio de Janeiro e as opções do poder público em relação à cidade.

O conceito de centralidade que pode estar inscrito na capitalidade, ainda que não necessariamente, também é bem interessante para o delineamento das percepções que permeiam a cidade do Rio de Janeiro. Azevedo (2002) associa a ‘capitalidade primeva’ do Rio de Janeiro a suas atividades portuárias, suas conexões com outros países e sua abertura a ideias novas; já a capitalidade do segundo momento conta também com outras características relacionadas à centralidade, como sua posição de referência nacional. As várias mudanças que ocorreram no decorrer do século XIX, após a chegada da Corte, demonstram ações dos agentes do poder que se relacionam de maneira muito íntima com as percepções sobre a cidade. Segundo Azevedo (2002), a abertura dos portos impulsionou a dinâmica comercial da cidade, aumentando as exigências da população. Tanto a elite como alguns setores das camadas médias passaram a ter maior acesso a artigos importados e a se preocupar com luxo e sofisticação. Além disso, instituições criadas por D. João VI atribuíam novos usos à cidade e mudavam a percepção do carioca.

Dessa forma, surgiam novos costumes e novos olhares para a cidade, o “fetiche que os cariocas reverenciavam nos importados de luxo tinha a ver com querer ser um aristocrata europeu”. (Needell, 1993, p. 193). Para o mesmo autor, no período denominado como Segundo Reinado

[1840-1889], a Corte era a cidade que mais se aproximava da Europa no Brasil. Com uma exuberância que refletia a prosperidade do café, os salões tinham como inspiração a alta sociedade parisiense. A crescente apropriação das ideias francesas na elite carioca era como eco da maior preocupação da Corte imperial de Paris com a sofisticação.

Pode-se destacar o ano de 1870, que segundo Mello (2008) foi ano da expansão de uma cultura nova, que acabaria abrindo caminho para o pensamento republicano. Esse pensamento estaria muito relacionado à Modernidade. Para a autora, “*república* foi o nome brasileiro da modernidade” (p. 31). Pesavento (1995) explica que a Modernidade capitalista no Rio de Janeiro foi encorajada pela emergência de hábitos burgueses, porém em um País que tinha suas raízes fincadas em uma cultura colonial e escravista. De acordo com Abreu (2013), as contradições dessas duas lógicas, escravista e capitalista, perduraram durante muito tempo, sendo superadas somente com o colapso do sistema escravista e com as reformas urbanas que procuravam adaptar a cidade ao sistema capitalista. Portanto, apesar dos esforços dos agentes do poder em ajustar a cidade aos modelos externos, a cidade permanecia ligada a antigas práticas coloniais.

Através desse trabalho, é possível notar que para alguns autores, o desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro está também relacionado a essa tentativa de modernização do País. Considerando essas análises, assumimos para este trabalho que a característica da capitalidade está atrelada a outras peculiaridades da cidade que perpassam a sua condição de centro de administração política, demonstrando o alcance desse processo nos aspectos culturais e sociais da cidade. É uma condição construída e associada à identidade da cidade. Ainda que comum às cidades que exercem a função administrativa de capital, ela pode também vir a ser a qualidade de uma cidade que não tem essa função política. Sendo assim, o que define se uma cidade é possuidora da característica da capitalidade?

Há várias especificidades que vêm à tona nas produções sobre o tema quando o assunto é capitalidade. Basicamente aparecem: a posição administrativa da cidade, como já mencionado; a relação da cidade com o cenário internacional, marcada por uma maior abertura; a cidade como referência para as outras cidades; a cidade como representação do Estado e a cidade como meio de consagração dos acontecimentos do País. Algumas dessas produções também tendem a explorar a trajetória de construção ou perda de identidade dessas cidades. Seguimos então para um exercício de reflexão, no qual visitamos a abordagem de alguns autores a respeito de cada um desses traços da capitalidade. A perspectiva dos autores no que tange à função

administrativa da cidade foi tratada anteriormente, por tanto passaremos a outra especificidade que pode ser atribuída à capitalidade.

Nota-se a abertura da cidade em relação ao cenário internacional, considerando a perspectiva de Argan (2014), a ‘cidade-capital’ é aberta às trocas internacionais e tem uma cultura e uma arte da capital, que se diferencia das províncias. Essa qualidade traria para a cidade um maior cosmopolitismo. Azevedo (2002) ao definir a capitalidade, também destaca essa recepção de conteúdos internacionais:

Fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura a novas ideias por parte de uma cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo as suas congêneres e uma melhor capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recepciona (p. 45).

Essa afirmação de Azevedo demonstra uma das características das percepções sobre o Rio de Janeiro: a recorrente associação entre a cidade e elementos internacionais. A abertura da cidade no que se refere às conexões internacionais está, de certa forma, associada ao que pode ser considerado outro atributo da capitalidade, sua qualidade de referência para as outras cidades do Estado. Alguns autores discorrem sobre a ideia de referencial que uma cidade com capitalidade transmite. Em sua obra, Neves (1992) faz uma metáfora utilizando o relógio para demonstrar essa referencialidade, na qual, a hora do Rio representa o modelo das ações a serem seguidas pelo resto país. “Era efetivamente pela hora do Rio de Janeiro que o Brasil acertava seus ponteiros” (p. 55). Esse aspecto mencionado por Neves (1992) se pensado no âmbito da atividade turística, demonstra o quanto certas características que se desenvolvem devido à questões políticas ou comerciais podem influenciar nas percepções do outro à respeito da cidade e se converter em motivadores de deslocamento.

Na obra de Santos (1999), também é possível observar esse papel de referência: “Assim, o conceito de capitalidade pressupõe que se atente simultaneamente à existência de um Estado polarizador, e como tal, produtor de mecanismos de influência sobre a periferia, ou seja, sobre o restante do território que faz parte deste mesmo Estado” (p. 34). No contexto da cidade do Rio no último terço do século XIX, de que forma a maior abertura da cidade se associou ao seu papel de cidade referencial? Por meio do exame das produções utilizadas para esse artigo, pode-se concluir que ao juntar essas duas características atribuídas à cidade, a recepção das ideias e a sua função de referência, ela passaria a funcionar como receptora das ideias internacionais para depois redistribuí-las ao país. Neves (1992) se aproxima dessa concepção ao apontar as

alusões de que o país poderia ser reflexo de sua capital, como indício do sentido que a autora atribui à capitalidade do Rio de Janeiro na virada do século.

Nesse contexto, o conteúdo internacional estaria muito associado à Modernidade capitalista e à tentativa do ajuste da cidade do Rio para que ela servisse de modelo de modernização para o restante do País. Na perspectiva de Argan (2014), há uma vontade do soberano de relacionar a ‘cidade-capital’ à imagem do estado e do poder. Rodrigues (2002) faz uma crítica às interpretações que associam a Modernidade carioca com uma nova fundação do Brasil, tomando a cidade do Rio de Janeiro como caixa de ressonância da política nacional. Para o autor, a questão é que essa abordagem estabelecerá uma “coincidência entre o lugar onde se tomam as decisões e o alcance das mesmas, tanto no sentido de sua produção como no de sua aplicação” (pp. 14-15).

A perspectiva de Rodrigues (2002) nos leva a uma reflexão um pouco mais complexa ao considerar as tensões e os interesses dos diferentes agentes responsáveis pelo direcionamento do país. Ele aponta para uma mudança nessa característica da cidade do Rio de ser referencial nas diferentes temporalidades. A questão é: quem traça esse modelo de referencial? Esse modelo atende aos interesses de quem? A cidade do Rio anterior a 1763 era, sim, uma referência, porém muito mais próxima do papel de eixo articulador de políticas voltadas para os interesses dos colonos. Após alguns eventos, esse modelo referencial passa a ser artificialmente construído com base nos interesses da coroa, que por sua vez, quis trazer o ideal de cidade civilizada europeia para os trópicos. Essa fase em que os interesses da coroa assumem o protagonismo se aproxima da concepção de Argan (2014). Para Argan, uma das grandes diferenças da ‘cidade-capital’ é que ela está submetida à vontade do soberano de fazê-la a imagem do Estado e do poder. É um modelo de cidade que representa um valor ideológico.

Examinando esse aspecto da cidade como representante da nação, Neves (1992) menciona várias instituições que só por seu título exemplificam no espaço físico essa característica de representante da nação. A autora cita o *Jornal do Brasil*, o jornal *O País*, o Museu Histórico Nacional e a Biblioteca Nacional. Ainda nesse liame da cidade como representação da nação, o trabalho de Rodrigues aponta para algumas preocupações que podem surgir ao considerar esse enfoque. Uma das suas preocupações se refere a tendência de tomar o Rio de Janeiro, no contexto do início do processo de modernização do Brasil, como microcosmos da nação, pois nesse sentido, os processos de modernização da cidade e da nação coincidiriam. De acordo com

essa interpretação, as produções sobre o Rio de Janeiro seriam ao mesmo tempo produções sobre o Brasil. A crítica que o autor constrói no que tange a esse tipo de abordagem é que dessa forma “tudo que é geral, pode ser utilizado para o Rio de Janeiro, excluindo qualquer outra área da participação no processo de construção da nação brasileira” (p. 14). De acordo com Rodrigues (2002):

Essa imagem de cidade-referência ganha relevância na construção de uma história maior do Rio de Janeiro em detrimento de outras áreas, e ao mesmo tempo, esconde tudo que pode aparecer como conflito, estabelecendo o primado da ordem como aquele que, exemplarmente, está constituído pela cidade-capital (p.15).

Esses traços que funcionam como atributos da característica de capitalidade da cidade se complementam, dando corpo à nossa reflexão. A ideia da cidade do Rio de Janeiro como referência para o restante do país relaciona-se com a percepção de que aquilo que nela acontece tende a uma repercussão nacional. Esse é outro aspecto da análise que aqui se constrói: a cidade como meio de consagração dos acontecimentos do País. Na perspectiva de Azevedo (2002), essa particularidade de ser uma espécie de centro de consagração dos acontecimentos do País é atribuída à centralidade, termo que já foi abordado neste trabalho e que embora se diferencie da capitalidade, é comum às cidades dotadas de capitalidade. O Rio era um local por aonde passavam muitos dos principais acontecimentos culturais e políticos do País.

Nota-se a importância dos jornais no que tange ao papel do Rio de Janeiro como “centro cultural da nação”, eles divulgavam as tensões e se tornaram formadores de opinião. A imprensa do Rio de Janeiro e seu parque editorial respaldavam a perspectiva de que os acontecimentos ganhariam projeção nacional quando produzidos por aqueles que anunciavam as novidades. (Rodrigues, 2002, p. 15). A localização física desses jornais e seus títulos confirmam essa intenção, como descrito por Neves (1992) sobre *O Jornal do Brasil*: “O jornal, anos depois de sua fundação, ocupará um edifício inteiro [...] no mais cobiçado dos endereços da cidade: a Avenida Central” (p. 3).

Um trecho de uma reportagem do final do século XIX, encontrado no jornal *O País*, chamou atenção pelo modo como se refere ao Rio de Janeiro. Neste fragmento do jornal há o anúncio de uma novidade. O jornal *O País* foi lançado em 1884 e durou até 1934, sendo um dos maiores formadores de opinião tanto na política, como na sociedade. No ano em que o este trecho foi publicado, o Brasil ainda mantinha o regime monárquico (Brasil, 2015). Segundo Martins (2008), oficialmente, o jornal *O País*, assim como os outros jornais da Corte e das capitais, era

monarquista, entretanto seus colaboradores muitas vezes eram defensores do regime republicano: “Era o caso de *O País*, cujo diretor Quintino Bocaiúva dava espaço para as crises do governo” (p. 74). O jornal ganhou um tom cada vez mais republicano, especialmente a partir de 1888, com apoio de Bocaiúva para os artigos de Siva Jardim, claramente contrários à monarquia. Nesse contexto, este tipo de anúncio no jornal se inseria em uma atmosfera de novidade. Segundo Neves, uma prática muito relacionada aos ideais do progresso eram as exposições universais, desde a exposição de Londres em 1851. Essas exposições atraíam visitantes de diversos lugares, e o Brasil passou a fazer parte desses espetáculos do progresso desde de 1862, embora a participação do País estivesse muitas vezes associada à suas riquezas naturais e ao exotismo. Materiais como pedras preciosas e peles de animais faziam parte do espaço reservado ao Brasil nas primeiras exposições (Neves, 2003, pp. 11-12). Alguns dos monumentos conhecidos hoje pelo seu grande potencial de atratividade turística se originaram nessas exposições. É o caso da Estátua da Liberdade que esteve exposta na exposição de 1878 em Paris, antes de aportar nos Estados Unidos, e da Torre Eiffel, a mais alta e ousada torre construída na época, presidindo a Exposição Universal na França em 1889.

De maneira laudatória, *O País* (1887) anunciou com orgulho a participação do Brasil em uma exposição de Paris, mencionando e louvando os esforços do Clube de Engenharia em prol de que, do País “fossem representados, ou reproduzidos três dos principais portos do mundo. Os portos escolhidos foram: Havre, Nova York e Rio de Janeiro. O Brasil, com efeito, não poderá ser mais bem lembrado aos europeus do que por semelhante planta da esplêndida Bahia da sua capital” (p. 2).

Com efeito, esses jornais corroboravam o caráter do Rio de Janeiro como representante da nação. Além disso, eles compõem o conjunto de narrativas que contribuíam para a construção de percepções do Rio de Janeiro como uma cidade esplêndida, atraindo olhares dos muitos outros que acessavam esses discursos. Além dos jornais, uma rua se destacava como amostra dessa função do Rio de Janeiro de centro cultural e divulgador: a Rua do Ouvidor. Segundo Mello (2008), os indivíduos frequentavam a rua para se informar da vida política e social, não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil.

Considerando essas análises, entende-se que ter o Rio de Janeiro como centro cultural e modelo da Modernidade fazia parte de um projeto que não priorizava as idiosincrasias da sociedade da própria cidade. Nesse liame, nos movemos para o último aspecto relacionado neste trabalho: a

identidade da cidade. Para Argan (2014), a cidade perde seu caráter tradicional de município quando passa a ter um caráter representativo. Essa mudança traria um desvio do caminho da cidade que a princípio se voltaria mais para as suas próprias demandas, trazendo então as demandas do Estado. Essa característica de uma cidade sempre voltada ao externo permaneceu mesmo com as mudanças políticas e culturais. A cidade se conectou à identidade nacional. Com o processo de ajuste do Brasil à modernização, a dinâmica da cidade foi se transformando.

O Rio de Janeiro saía de uma visão romântica da cidade, de base holística, na qual a civilização era entendida como uma unidade orgânica, sendo o valor e o ideal político maior a ser atingido, para uma visão iluminista de cidade, de base individualista, entendida como lugar de uma solidariedade mecânica, na qual o único limite a expansão das individualidades seria a lei – caso porventura fosse respeitada (Azevedo, 2016, p. 19).

Rodrigues (2002) aponta para o prejuízo acarretado por esse comprometimento da cidade com valores exógenos, nas palavras do autor: “Aprisionada por seu papel de exemplaridade de uma nação dependente, reproduziu uma modernização que não contemplou sua tradição e que atuou como reprodutora de valores externos que não tiveram tradução na dinâmica da cidade” (p. 24). Ao falar da tentativa de impor um modelo de cidade que desconsidera as especificidades da própria cidade em questão, Pechman (2002) aponta para o papel do urbanismo no projeto de ocidentalização da cidade: “A ‘virtude’ maior do urbanismo é, pois, a de criar modelos abstratos, o que unicamente ‘pode’ ser uma cidade, o que unicamente ‘deve’ ser uma cidade. Com isso, a cidade fica *reduzida* a seus aspectos técnicos de funcionamento, e sua densidade histórica é anulada” (p. 17).

De acordo com Pesavento (1995), o imaginário a respeito de uma cidade é construído através de uma base de apoio em condições concretas, mas também de intenções relativas à formulação e legitimação de certas ideias e imagens. Essa identidade construída, imposta, como representação não é aceita de forma passiva. Porém, se essa identidade é endossada ela “corresponde às necessidades do inconsciente coletivo, há uma busca de raízes, prestígio social, reconhecimento [...]” (pp.121-122). As ideias de Pesavento (1995) podem ser relacionadas à experiência de cidades que ao se voltarem para exploração de seu potencial turístico buscam formular e legitimar determinadas imagens que não necessariamente traduzem a realidade local de maneira ampla.

Ao observar outros personagens da obra *Casa de Pensão*, nota-se a participação dos habitantes na reafirmação de certas percepções. Eles endossam essa imagem de local da natureza e do glamour, indicando espaços da cidade que funcionam como suporte para a consolidação dessas

percepções. Um trecho do livro *Casa de Pensão* mostra o que acontece com Amâncio quando ele vai a um restaurante de um hotel indicado por um amigo que já morava na cidade há mais tempo, e lá encontra um cenário do qual fica encantado “*o ar parisiense dos criados, [...] o perfume das flores que guarneciam jarras de proporções luxuosas; o alvoroço palavroso e alegre dos que faziam a sobremesa; o crepitar do riso das mulheres, cujos penteados branquejavam sobre o escuro dos tapetes [...]*” (Azevedo, 1973, pp. 64-65). Amâncio está encantado por encontrar a materialização de suas antecipações do que seria o Rio de Janeiro, como nos relatos e narrativas, como nos livros e conversas, era o Rio de Janeiro que ele buscava, o Rio de Janeiro que muitos contavamⁱ. O procedimento dos habitantes no trecho do livro *Casa de Pensão* ajuda a refletir sobre a ação de diversos agentes que podem favorecer a consolidação de atrativos para um determinado destino turístico, direcionando o turista para espaços específicos, escolhidos ou até mesmo construídos com o objetivo de satisfazer suas expectativas.

Na obra *Quincas Borba (1891)*, de Machado de Assis (2010), o personagem Rubião, que mora em Minas Gerais, manifesta uma concepção parecida com a de Amâncio ao falar em se mudar para o Rio de Janeiro: “*Mas logo depois vinha a imagem do Rio de Janeiro, que ele conhecia, com seus feitiços, movimentos, teatros em toda parte, moças bonitas, ‘vestidas à francesa’ [...]*” (p.19).

Sussekind (1990), se referindo ao Brasil, explica a dificuldade de distinguir entre a realidade e as pré concepções:

E, se é problemática essa fundação de imagem original, singular, de Brasil, é igualmente difícil olhar para paisagem brasileira real, que lá está de fato, quando o ponto de vista a ser adotado para fitá-lo é pré-dado, quando o modo de vê-la se acha previamente determinado por toda uma serie de crônicas, relatos, notícias, romances, por uma sucessão de miradas, estrangeiras ou não, que lhe demarcam os contornos, tonalidades, sombreados (p. 32).

A afirmação de Sussekind (1990) é interessante, pois revela um caráter importante das percepções sobre um local. Ela demonstra que essas antecipações alimentadas por várias narrativas interferem na apreensão do indivíduo sobre o lugar, mesmo quando ele o visita. Nesse sentido, ao voltar nosso olhar novamente para o turista, pode-se destacar o que Sarlo (2014) explica sobre os usos da cidade; o habitante faz um uso econômico ou de trabalho, e se depara com hostilidades que o turista não precisa enfrentar. Trazendo novamente à tona os últimos personagens das obras literárias citados neste trabalho, nota-se que ambos se decepcionaram ao fazer outros usos da cidade, mais próximos ao uso do habitante.

Amâncio passa por algumas experiências relacionadas ao aspecto pestilento de uma cidade que, segundo Benchimol (1992), passava por diversos surtos de epidemias e doenças. Rubião, personagem de *Quincas Borba*, depois que se torna morador, enlouquece. Segundo Rezende (2000), a razão da doença seria o fato dele não conseguir dominar o código dos novos valores sociais modernos. Essa dificuldade de Rubião, naquele contexto, assim como as desgraças que fizeram parte da experiência de Amâncio quando colocadas frente a toda a expectativa que nutriam sobre a cidade e as narrativas que alimentaram essas expectativas, revelam movimentos contraditórios e remetem a questões apontadas por Rodrigues (2002) anteriormente, ao citar o problema dessa tentativa desajustada de se adequar a valores exógenos. As experiências dos personagens Amâncio e Rubião remetem às experiências dos turistas que, ao saírem das 'trajetórias' demarcadamente turísticas, conhecem outros aspectos da cidade. Além disso, muitas vezes, as contradições aparecem até mesmo dentro das áreas consideradas turísticas.

No caso do Rio de Janeiro do século XIX, através da análise da obra *Casa de Pensão*, é possível considerar as contradições, especialmente no que tange às desigualdades sociais. Muitas vezes, os encantos e os problemas da cidade compartilhavam o mesmo espaço, gerando percepções destoantes. Segundo Needell (1993), haveria uma tendência de os estrangeiros valorizarem a natureza do Brasil, mas os problemas aqui encontrados não passavam despercebidos. Essa visão do Rio como uma cidade esplêndida era a visão dos provincianos. Aqueles que haviam visitado a Europa sabiam que o Rio, com sua grande quantidade de escravizados, problemas com as doenças e falta de segurança, estava longe de se ajustar às cidades consideradas modelo de Civilização no século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que embora existam concepções diferentes da definição do termo capitalidade, esse conceito é uma chave para o entendimento do papel do Rio de Janeiro frente ao restante do país em diferentes temporalidades. O que as concepções têm em comum, é que todas associam a capitalidade à uma característica diferenciadora da cidade: a cidade possuidora de capitalidade é *locus* do poder. Seja seu poder de eixo articulador dos interesses dos colonos, ou de representação do poder do Estado. Além disso, a maioria dos autores concorda que a capitalidade é uma construção, a cidade dotada de capitalidade precisa de alguma maneira ganhar a legitimação das outras cidades à sua volta. Essa legitimação pode vir

de uma forma mais orgânica, como na abordagem de Rodrigues (2002), onde a cidade torna-se o centro articulador dos interesses dos colonos porque conquistou a confiança das outras áreas para organização desses interesses; ou de uma maneira mais artificial, onde a conquista dessa legitimação pelo restante da nação faz parte do projeto do Estado.

Pode-se dizer que a história de capitalidade do Rio de Janeiro ajuda a entender um pouco da construção dessas percepções da cidade enquanto cidade do poder, cidade que se equipara às cidades europeias, cidade onde a natureza e o glamour constituem um espetáculo desejável. Ao observar Amâncio na obra *Casas de Pensão*, percebe-se que percepções e narrativas andam juntas, ao passo que as narrativas estimulam pre concepções, os olhos daqueles que já se nutriram dessas antecipações têm dificuldade de enxergar a cidade como um todo. Esses indivíduos tendem a reproduzir a mesma narrativa que ouviram. Seja por uma necessidade de, assim como o Estado, se promover através da cidade ou por não conseguirem mais separar, assim como mencionado por Sussekind (1990), a imagem da antecipação daquela da cidade que lá de fato está.

Considerando as análises deste trabalho entende-se que o olhar do outro para uma cidade é um tema de relevância para os estudos na área do turismo e da História. Nota-se a historicidade que envolve as percepções sobre um local. Embora, por vezes, certas percepções sobre a cidade possam parecer advindas de processos aleatórios, ou naturais, no sentido de um desenvolvimento mais orgânico, percebe-se através da trajetória de formação de capitalidade do Rio de Janeiro, que parte dessas percepções podem ter sido construídas de maneira artificial.

Considerar a artificialidade desse processo não significa esquecer a pluralidade dessas construções. É interessante identificar intenções e ações de agentes que buscavam construir, impor ou reforçar certos olhares, porém sem perder de vista as tensões presentes no espaço, e na construção simbólica desse espaço. Tensões entre poderes estavam presentes desde o começo da formação da capitalidade do Rio de Janeiro, como sinalizado por Rodrigues (2002). Além disso, nota-se a pluralidade de culturas no espaço do Rio de Janeiro. A imposição de processos artificiais não necessariamente é possível em todos os âmbitos, ou pelo menos não no ritmo desejado. Ainda que existam rupturas, elas convivem com as permanências, que atreladas a uma cultura arraigada não permitem a formação de uma única percepção sobre o Rio de Janeiro. Os mesmos olhos que enxergavam o afrancesamento de costumes viam também a quantidade de escravizados por toda parte.

Ao destacar os fragmentos de obras literárias citados, é possível observar os contrastes de experiências na mesma cidade; eles expõem os interesses dos agentes dominantes: a construção de certas percepções do Rio de Janeiro, não apenas como um desejo, mas como uma das prioridades. A identificação dos diferentes cenários exprime a importância dada à mudança da percepção, em detrimento de mudanças na cidade. A cidade que deveria parecer glamourosa e exuberante era na verdade a cidade das diversas facetas, onde em um momento um personagem desfrutava o espetáculo do restaurante do hotel, e no outro via a forte presença da miséria e a doença na cidade. Sem desconsiderar toda desigualdade gerada, em parte, por essa priorização da construção de percepções em detrimento de mudanças na cidade como um todo e para todos, destaca-se também a questão da identidade.

Através da reflexão sobre o tema da capitalidade no Rio de Janeiro, observa-se a interferência que a construção artificial de uma percepção exerce sobre a identidade da cidade. O Rio de Janeiro, principalmente após o ano de 1808, teve o processo de construção de sua identidade voltado ao nacional, que por sua vez, teve como referência, parâmetros europeus. Ao fazer um paralelo com a área do Turismo, pode-se destacar questões contemporâneas que envolvem vários dos aspectos citados neste trabalho. Dentre eles, o interesse de alguns agentes do poder em priorizar a percepção do turista em detrimento das demandas da população. Percebe-se o direcionamento do olhar do turista para ambientes controlados, que contrastam com a realidade local, criando uma perspectiva limitada do espaço visitado. Além disso, os meios de divulgação também podem interferir na formação de percepções do outro sobre a cidade. Alguns desses processos podem ter como referência experiências estrangeiras, favorecendo o surgimento de questões identitárias, ao impor valores e costumes exógenos.

REFERÊNCIAS

- Assis, M. (2010). *Quincas Borba*. São Paulo: FTD.
- Azevedo, A. (2006). *Casa de Pensão*. São Paulo: Escala Educacional.
- Azevedo, A. (1973). *Casa de Pensão*. São Paulo: Três.
- Azevedo, A. (1881). *O Mulato*. São Luis: Maranhão, Typ. do País.
- O País. (1887, 25 de fevereiro). Rio de Janeiro: O País.
- Argan, G. C. (2014). Lo Stato e la capitale. In: *L'Europa dele capitalli*. Milão: Skira.

Crispiniano, J. R. (2022). Ouvir, visitar e contar: O Rio de Janeiro e sua capitalidade no último terço do século XIX. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 181-201.

<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p201>

- Argan, G. C. (2014). La città-capitale. In: *L'Europa dele capitalli*. Milão: Skira.
- Abreu, M. A. (2013). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP.
- Azevedo, A. N. (2002). A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: A. N. Azevedo (Org.), *Anais... Seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (pp. 45-64). Rio de Janeiro: UERJ.
- Azevedo, A. N. (2016). *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: PucRio.
- Barbosa, M. (2007). *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Brasil – Biblioteca Nacional. (2015). *O Paiz*. Biblioteca Nacional Digital. [Link](#)
- Costa, A. D. (2011). *Cidade, Reformas Urbanas e Modernidade: o Rio de Janeiro em diálogo com João do Rio e Augusto Malta*. Tese, Doutorado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. [Link](#)
- Crispiniano, J. R. (2020). *Casa de Pensão: percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX*. Dissertação, Mestrado em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. [Link](#)
- Hespanha, A. M. (2010). Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: *Na Trama das Redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Martins, A. L. (2008). Imprensa em tempos de Império. In: A. L. Martins & T. R. de Luca. (Orgs.), *História da Imprensa no Brasil* (pp. 45-82). São Paulo: Contexto.
- Mello, M. T. C. (2008). A Modernidade Republicana. *Tempo*, 13, 15-31. [Link](#)
- Neves, M. (1992). *Acertai Vossos Ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST/CNPq.
- Neves, M. De S. (2003). Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: L. De A. N. Delgado & J. L. Ferreira (Orgs.). *Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930* (pp. 14-44). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Needell, J. D. (1993). *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pesavento, S. J. (1995). Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, 3(4), 115-127. [Link](#)

Crispiniano, J. R. (2022). Ouvir, visitar e contar: O Rio de Janeiro e sua capitalidade no último terço do século XIX. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 181-201.

<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p201>

Pechman, R. M. (2002). *Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Rezende, B. V. (2000). *Imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia, MG: Aspectus.

Rodrigues, A. E. M. (2002). Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. In: A. N. Azevedo. (org), *Anais... Seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade* (pp. 11-44). Rio de Janeiro: UERJ.

Sarlo, B. (2014). *A Cidade Vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Silva, M. & Versiani, M. (2015). História de capitalidade do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, 10, 75-90. [Link](#)

Sussekind, F. (1990). *O Brasil não é Longe Daqui: O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras.

Urry, J. (2001). *O Olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Sesc.

NOTA

ⁱ Para um aprofundamento maior no tema ver: Crispiniano (2020).

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 31 DEZ 20 Aceito: 20 AGO 21